

# Austral Resseguradora S.A.

**Demonstrações financeiras  
intermediárias em  
30 de junho de 2019**



## Demonstrações financeiras

30 de junho de 2019

### Índice

Relatório da Administração da Austral Resseguradora S.A. ....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias .....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente .....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações do fluxo de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias .....	12
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria .....	59

## Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de cada um de nossos clientes, com a realização de uma subscrição responsável, buscando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e cautelosa.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram neste ano R\$257,9 milhões, (um avanço de R\$89,15 milhões (52%) em relação ao 1º semestre de 2018), enquanto os prêmios ganhos atingiram R\$273,2 milhões (um avanço de R\$104,6 milhões (62%) em relação ao 1º semestre de 2018). O índice de sinistralidade geral ficou em 114% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro), contra 68,2% no mesmo período do ano anterior. Destacam-se os ganhos de escala e eficiência que já levaram o índice de despesa administrativa ao patamar de 4,4% em relação ao prêmio ganho, representando uma queda de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando este índice ficou em 5,1%. O lucro antes de impostos e participações foi de R\$5,8 milhões (contra R\$21,4 milhões), enquanto o prejuízo do semestre atingiu R\$234 mil contra um lucro de R\$12,8 milhões ao fim do 1º semestre de 2018. Nosso índice combinado atingiu 107% contra 101% ao final do 1º semestre de 2018, e ao final do período, o patrimônio líquido da Companhia, era de R\$284,9 milhões contra R\$283,4 milhões em dezembro de 2018. Os resultados foram impactados principalmente por eventos climáticos ocorridos em 2018 e 2019, afetando a carteira de resseguros agrícolas.

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$24,9 milhões, ante R\$23,4 milhões no 1º semestre do último ano. Os Administradores declaram possuir capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

A Companhia planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, mantendo sua política de subscrição de forma técnica e buscando manter a diversificação da carteira com o objetivo de reduzir a volatilidade da mesma, em linha com o plano de negócios inicial.

A partir de 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser a controladora direta e detentora de 100% das ações da Companhia, não tendo havido, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia. A transferência de controle acionário direto da Companhia à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018, e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Companhia permanece inalterado.

## **Relatório da Administração--Continuação**

Em 13 de junho de 2019, a Companhia e a Terra Brasis Re anunciaram ao mercado a assinatura de um acordo de investimento para incorporação de suas atividades. Da união, resultará a segunda maior resseguradora nacional em prêmios de resseguros emitidos (R\$ 672 milhões em prêmios emitidos bruto combinados em 2018) e a quarta maior resseguradora local em patrimônio líquido (R\$ 387 milhões em patrimônio líquido combinado em 2018).

O posicionamento competitivo da nova resseguradora será fortalecido pela complementaridade dos portfólios de negócio e pela ampliação da cobertura geográfica no Brasil e no exterior, com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo e Colômbia, além de autorizações para operar em diversos países latino americanos.

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste semestre, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2019.

Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da

Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos – Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações financeiras intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 27 de fevereiro de 2019 e 30 de agosto de 2018, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários

tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

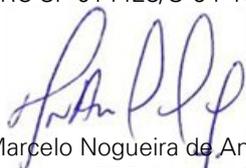
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balanço patrimonial  
30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

	30/06/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.088.686</b>	<b>1.025.765</b>
<b>Disponível</b>	<b>9.738</b>	<b>23.140</b>
Caixa e bancos	9.738	23.140
<b>Aplicações (Nota 6)</b>	<b>262.085</b>	<b>311.933</b>
Títulos de renda fixa - públicos	193.630	203.634
Quotas de fundos de investimentos	53.200	59.012
Aplicações no exterior	15.255	49.287
<b>Créditos das operações com resseguros (Nota 8)</b>	<b>356.306</b>	<b>368.046</b>
Operações com seguradoras	281.227	272.035
Operações com resseguradoras	75.079	96.011
<b>Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 17)</b>	<b>431.487</b>	<b>298.744</b>
Prêmios de retrocessão diferidos	85.258	81.921
Sinistros com retrocessão	293.563	177.010
Recuperação de sinistros ocorridos e não avisados	50.508	38.125
Provisão de excedente técnico	2.158	1.688
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>21.197</b>	<b>18.833</b>
Créditos a receber	1.917	631
Ressarcimentos a receber (Nota 10 a)	3.998	-
Créditos tributários (Nota 10 b)	15.041	18.145
Outros créditos	241	57
<b>Outros valores e bens</b>	<b>49</b>	<b>-</b>
Salvados a recuperar com seguradoras (Nota 11)	49	-
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>998</b>	<b>-</b>
Despesas operacionais	832	-
Despesas administrativas	166	-
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 12)</b>	<b>6.826</b>	<b>5.069</b>
Comissões diferidas com resseguros	6.826	5.069
<b>Não circulante</b>	<b>208.294</b>	<b>161.921</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>206.659</b>	<b>159.866</b>
<b>Aplicações (Nota 6)</b>	<b>162.257</b>	<b>108.620</b>
Títulos de renda fixa - públicos	102.379	89.768
Aplicações no exterior	59.878	18.852
<b>Créditos das operações com resseguros (Nota 8)</b>	<b>25.991</b>	<b>17.704</b>
Operações com seguradoras	12.195	10.078
Operações com resseguradoras	13.796	7.626
<b>Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 17)</b>	<b>18.005</b>	<b>33.341</b>
Prêmios de retrocessão diferidos	14.844	13.831
Sinistros com retrocessão	3.161	19.510
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 12)</b>	<b>406</b>	<b>201</b>
Comissões diferidas com resseguros	406	201
<b>Imobilizado (Nota 13)</b>	<b>536</b>	<b>354</b>
Bens móveis	536	354
<b>Intangível (Nota 14)</b>	<b>1.099</b>	<b>1.701</b>
Outros intangíveis	1.099	1.701
<b>Total do ativo</b>	<b>1.296.980</b>	<b>1.187.686</b>

Balanços patrimoniais  
30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

	30/06/2019	31/12/2018
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>964.954</b>	<b>842.877</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>3.989</b>	<b>2.721</b>
Obrigações a pagar	631	1.223
Impostos e encargos sociais a recolher	249	306
Encargos trabalhistas	975	704
Impostos e contribuições	2.134	488
<b>Débitos das operações com resseguros</b>	<b>189.661</b>	<b>181.790</b>
Prêmio a restituir	2.485	2.009
Operações com seguradora	1.514	1.124
Operações com resseguradoras (Nota 15)	175.277	171.526
Corretores de seguros e resseguros	9.365	6.966
Outros débitos operacionais	1.020	165
<b>Depósito de terceiros (Nota 16)</b>	<b>1.163</b>	<b>1.516</b>
Depósitos de terceiros	1.163	1.516
<b>Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 17)</b>	<b>770.141</b>	<b>656.850</b>
Provisão de prêmios não ganhos	157.312	181.029
Provisão de sinistros a liquidar	441.817	321.397
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	164.548	149.150
Provisão de excedente técnico	6.464	5.274
<b>Não circulante</b>	<b>47.083</b>	<b>61.391</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>8.884</b>	<b>7.800</b>
Tributos diferidos	8.884	7.800
<b>Débitos das operações com resseguros</b>	<b>9.735</b>	<b>9.521</b>
Operações com resseguradoras (Nota 15)	9.467	9.512
Corretores de seguros e resseguros	268	9
<b>Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 17)</b>	<b>28.464</b>	<b>44.070</b>
Provisão de prêmios não ganhos	25.185	18.887
Provisão de sinistro a liquidar	3.279	25.123
Provisão de despesa relacionada	-	60
<b>Patrimônio líquido (Nota 19)</b>	<b>284.943</b>	<b>283.418</b>
Capital social	234.468	234.468
Reserva de capital	2.487	2.487
Reservas de lucros	43.688	43.688
Ajuste com títulos e valores mobiliários	4.534	2.775
Prejuízo líquido no semestre	(234)	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.296.980</b>	<b>1.187.686</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Prêmios de resseguros	257.921	168.770
Variações das provisões técnicas	15.266	(210)
<b>Prêmios ganhos (Nota 22 e Nota 24)</b>	<b>273.187</b>	<b>168.560</b>
Sinistros ocorridos (Nota 24.b)	(312.518)	(115.015)
Custos de aquisição (Nota 24.c)	(6.536)	(5.351)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 24.d)	(24.721)	(19.939)
Resultado com retrocessão (Nota 24.e)	70.514	(18.981)
Despesas administrativas (Nota 24.f)	(12.193)	(8.544)
Despesas com tributos (Nota 24.g)	(6.834)	(2.714)
Resultado financeiro (Nota 24.h)	24.924	23.440
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>5.823</b>	<b>21.456</b>
Imposto de renda (Nota 20)	(3.942)	(3.463)
Contribuição social (Nota 20)	(709)	(3.962)
Participações sobre o lucro	(1.406)	(1.147)
<b>(=) (Prejuízo) / Lucro líquido do semestre</b>	<b>(234)</b>	<b>12.884</b>
Quantidade de ações	222.441.240	222.441.240
Lucro / prejuízo líquido por lote de mil ações - em reais	(0,0011)	0,0579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do resultado abrangente  
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
<b>(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre</b>	<b>(234)</b>	<b>12.884</b>
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	2.933	(3.796)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(1.174)	1.708
<b>Outros resultados abrangentes do semestre</b>	<b>1.759</b>	<b>(2.088)</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes do semestre</b>	<b>1.525</b>	<b>10.796</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reservas de lucros			Ajuste TVM	Prejuízo/Lucro acumulado	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>220.179</b>	<b>14.289</b>	<b>2.431</b>	<b>6.779</b>	<b>38.169</b>	<b>447</b>	<b>-</b>	<b>282.294</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	12.884	12.884
Aumento do capital (Nota 18)	14.289	(14.289)	-	-	-	-	-	-
Incentivo baseado em ações (Nota 22)	-	-	38	-	-	-	-	38
Prejuízo não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(2.088)	-	(2.088)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.050)	-	-	(1.050)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>234.468</b>	<b>-</b>	<b>2.469</b>	<b>6.779</b>	<b>37.119</b>	<b>(1.641)</b>	<b>12.884</b>	<b>292.078</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>234.468</b>	<b>-</b>	<b>2.487</b>	<b>6.784</b>	<b>36.904</b>	<b>2.775</b>	<b>-</b>	<b>283.418</b>
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	(234)	(234)
Lucro não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.759	-	1.759
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>234.468</b>	<b>-</b>	<b>2.487</b>	<b>6.784</b>	<b>36.904</b>	<b>4.534</b>	<b>(234)</b>	<b>284.943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do fluxo de caixa – Método indireto  
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre</b>	<b>(234)</b>	<b>12.884</b>
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	886	471
Incentivo baseado em ações	-	38
Reversão perda de valor recuperável	544	445
	<b>1.196</b>	<b>13.838</b>
<b>Variações nas contas patrimoniais</b>		
Ativos financeiros	(2.030)	(31.427)
Créditos das operações com resseguros	2.935	(24.156)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(117.407)	(4.390)
Ativos fiscais diferidos	-	3.690
Títulos e créditos a receber	(2.364)	1.174
Despesas antecipadas	(998)	(160)
Custos de aquisição diferidos	(1.962)	(227)
Outros ativos	(49)	-
Passivo fiscal diferido	1084	-
Impostos e contribuições	4.094	3.908
Débitos de operações com resseguros	8.058	1.900
Obrigações a pagar	(292)	(2.944)
Provisões técnicas com resseguradoras	97.685	47.224
Depósitos de terceiros	(353)	684
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(11.599)</b>	<b>(4.724)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.505)	(4.755)
<b>Caixa líquido (consumido) / gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(12.908)</b>	<b>4.359</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(234)	-
Aquisição de intangível	(232)	(33)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(466)</b>	<b>(33)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(28)	(1.050)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(1.952)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>(28)</b>	<b>(3.002)</b>
<b>(Redução) / Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.402)</b>	<b>1.324</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	23.140	46.743
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	9.738	48.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro - RJ é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2011, foram homologadas pela Portaria SUSEP nº 3.908 as deliberações tomadas por seus acionistas, realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de dezembro de 2010, bem como a autorização para a Companhia operar com resseguros e retrocessão.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora direta e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia. A transferência do controle acionário direto da Companhia à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018 e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Companhia permanece inalterado.

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

### a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas, com base nesse princípio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

### b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais – CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, como “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pela Administração da Companhia em 29 de agosto 2019.

### c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do semestre.

### d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; e
- Recebíveis.

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias -- Continuação

### d) Base para mensuração--Continuação

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 4.

## 3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

### a) Disponível

Inclui o caixa e os saldos positivos em contas correntes, apresenta risco insignificante de mudança de valor justo e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de sua aquisição e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Companhia classifica seus ativos financeiros conforme as categorias, segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

#### l) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### b) Ativos financeiros--Continuação

##### II) Títulos disponíveis para venda

A Companhia classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

##### III) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor determinado na aceitação do contrato, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

#### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado, sendo classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo e caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar parte dos mesmos. Nestes contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente e devidamente amparados pelo contrato de resseguro. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de resseguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento ressegurado tivesse ocorrido.

Os contratos de resseguro visam resguardar os interesses das seguradoras, por meio de redução de volatilidade da seguradora, ampliação de capacidade, diminuição de exigência de capital, troca de expertise, dentre outros.

Para os contratos facultativos e não proporcionais, os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Já para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados para a Companhia. Dessa forma, a parcela de prêmio ganho é reconhecida no resultado ao longo dos prazos a decorrer dos contratos.

#### e) Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato.

Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### e) Ativos e passivos de retrocessão--Continuação

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No semestre findo em 30 de junho de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram verificadas as necessidades de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de retrocessão da Companhia.

#### f) Passivos de resseguro

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de resseguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos. Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de resseguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

As provisões técnicas decorrentes de contratos de resseguro, e os conceitos atuariais internacionalmente difundidos, aplicáveis aos resseguradores locais autorizados a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As metodologias utilizadas para cálculo de cada provisão técnica estão descritas em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico e em conformidade com a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, e a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores. As metodologias utilizadas serão especificadas a seguir:

#### Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro, em linha com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e com a exposição ao risco de cada contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Passivos de resseguro--Continuação

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG--Continuação

A tabela abaixo demonstra dois prazos médios de diferimento dos grupos:

- Prazo médio de vigência das apólices inseridas nos contratos vigentes de resseguro proporcionais e não proporcionais, utilizado para diferimento dos prêmios emitidos em determinado mês.
- Prazo médio total de diferimento de todos os contratos vigentes de resseguro, proporcionais, não proporcionais e facultativos. Ou seja, prazo médio total para que o prêmio de determinado contrato seja integralmente ganho.

<u>Grupos</u>	30 de junho de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento do contrato de resseguro (em meses)	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento do contrato de resseguro (em meses)
Patrimonial	13	24	14	25
Riscos especiais	12	15	12	13
Responsabilidades	14	26	14	28
Automóvel	12	31	12	36
Transportes	12	22	12	21
Riscos financeiros	36	48	36	47
Pessoas coletivo	9	35	12	28
Rural	6	17	6	17
Outros	28	41	16	27
Marítimos	12	14	12	22
Aeronáuticos	12	18	12	21
Petróleo	12	16	12	15
Saúde	-	12	-	12
Aceitações do exterior	11	23	12	22

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos para os contratos facultativos é obtida a partir da utilização de metodologia baseada nas taxas médias de atraso históricas verificadas na carteira por grupo. Para o cálculo desta parcela, aplicam-se os fatores de atraso médio subjetivamente selecionados sobre a provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes emitidos, da data base correspondente, de forma que qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores seja mais rapidamente ajustada à provisão. Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, o diferimento das parcelas deste prêmio proporcional é obtido a partir das características atreladas aos riscos dos respectivos prêmios proporcionais lançados, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos. Este cálculo garante que as provisões técnicas estejam consistentes com a melhor estimativa de exposição de risco nas datas de cálculo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### f) Passivos de resseguro--Continuação

##### Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão pagos pela Companhia, considerando suas posições mais atualizadas conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

##### Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

A metodologia de cálculo da provisão de sinistros ocorridos e não avisados varia de acordo com as características específicas dos tipos de contrato e/ou linhas de negócio assumidos, buscando refletir de forma mais adequada a estimativa final desta provisão, relacionada aos riscos que a Companhia houver assumido até as respectivas datas bases de cálculo. A principal metodologia utilizada pela companhia refere-se à utilização de triângulos de *run-off* obtidos por tipo de contrato, a partir dos períodos de subscrição e de grupamentos de linha de negócio determinados internamente. Para alguns contratos específicos, a companhia utiliza uma metodologia de sinistralidade esperada, baseada na experiência de mercado e, ainda, estudos e informações da cedente, quando disponíveis, para auxiliar na constituição da provisão que mais se adequa ao perfil de risco da carteira.

##### Provisão de excedente técnico - PET

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, *no claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

##### Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

g) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

h) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de resseguros incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

j) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares e contratos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o intangível para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o intangível e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o intangível gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento dos softwares e contratos; e
- Os gastos atribuíveis durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

j) Intangível--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

k) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia inicialmente avalia se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios a receber de resseguros e retrocessão a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, riscos de inadimplência entre outros fatores, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### l) Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

#### m) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do semestre findo em 30 de junho de 2019 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. A alíquota utilizada para o cálculo da contribuição social em 2018 foi de 20%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

#### n) Teste de adequação de passivo -TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP instituiu e definiu a regra para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### n) Teste de adequação de passivo -TAP--Continuação

Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de retrocessão. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Para a composição do teste de adequação de passivo em 30 de junho de 2019, a Companhia dispõe de fluxos de direitos e obrigações em diversas moedas, uma vez que assume contratos com vários países do mundo.

Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em real, utilizou-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ANBIMA, disponibilizada no site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, a Companhia utilizou a curva cupom dólar, também disponibilizadas no site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

No entanto, uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

Os testes de adequação de passivos realizados no semestre findo em 30 de junho de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas bases, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de resseguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Teste de adequação de passivo -TAP--Continuação

As Provisões técnicas na data base (2) apresentadas acima representam as reservas de PPNG e PPNG-RVNE deduzidas das respectivas parcelas de comissão diferidas, enquanto a estimativa corrente do fluxo de caixa (1) representa o valor presente dos sinistros e despesas correspondentes de parcelas cujo evento gerador ainda não ocorreu.

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de resseguros ocorre, nos contratos não proporcionais e facultativos, na data de aceitação dos riscos cobertos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro. Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados para a Companhia.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios de retrocessão cedida e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

q) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro / prejuízo líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado dos semestres.

r) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

s) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O CPC nº 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- s) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente--Continuação

O IFRS nº 16 - CPC 06 (R2) - "*Leasing*" estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas e políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

#### **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de resseguro em que a Companhia atua são: provisão de prêmios não ganhos, provisão de sinistros a liquidar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados, provisão de despesas relacionadas e provisão de excedente técnico.

As provisões técnicas da Companhia são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado, estando em conformidade com todos os requisitos e orientações estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O comportamento da carteira de resseguros é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

b) Provisão para recuperação de ativos de resseguros e retrocessão

Essas provisões são registradas de acordo com estudo próprio da Companhia, conforme instruções determinadas na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com resseguros e retrocessão.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

#### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2019 e 2018, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

e) Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 30 de junho de 2019, e 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial.

**30 de junho de 2019**

---

Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Remota	5	256	81

**31 de dezembro de 2018**

---

Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Remota	5	256	78

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Companhia adota a definição da Superintendência de Seguros Privado - SUSEP, a qual diz que a estrutura de gestão de risco consiste no conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no COSO – ERM, cujas etapas de avaliação da governança e cultura de risco, avaliação de riscos, atividades de controle, informação, comunicação e monitoramento contínuo são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, da IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e a governança de todo o processo de gestão de risco.

### a) Risco de resseguro

O principal risco para a Companhia nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses sinistros.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros, através de uma seleção criteriosa, e com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentiais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional a Companhia cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Companhia.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com a provisão de sinistros a liquidar, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de resseguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos nos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira.

Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital da Companhia e visam à geração de lucros estáveis e contínuos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

A Companhia subscreve riscos em todos os grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a globalidade da carteira, são adotadas diversas modelagens, consolidadas na comunidade atuarial, como referências para a precificação. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: análise histórica, atrito e severidade, exposição e experiência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

### b) Riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Companhia em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a sua necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados.

A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Companhia possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses a seguir.

### c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas principalmente em ratings determinados por agências classificadoras de riscos.

A Companhia possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais. Para os resseguradores admitidos e eventuais os ratings mínimos segundo as agências classificadoras são: Standard & Poor's (A-), Fitch (A-), Moody's (A3) e A.M Best Company (A-).

Adicionalmente, a Companhia possui exposição de R\$22.703 (R\$7.827 em 31 de dezembro de 2018) com negócios aceitos em resseguro, tendo como contraparte sociedades seguradoras.

Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

### d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas em função de flutuações desfavoráveis do valor dos investimentos da Companhia. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

### d) Risco de mercado--Continuação

Em paralelo a esse controle, a Companhia calcula o capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

### e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma da sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente, a Companhia possui 87,74 (86,7% em 31 de dezembro de 2018) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 10,19% (11,9% em 31 de dezembro de 2018) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 2,07% (1,4% em 31 de dezembro 2018) é composto por outros fundos de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

	30 de junho de 2019		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
<b>Ativos e passivos</b>			
Caixa e bancos	9.738	-	9.738
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	249.074	8.965	258.039
Ativos financeiros disponíveis para venda	166.303	-	166.303
Crédito das operações de resseguros	356.306	25.991	382.297
Títulos e créditos a receber	21.197	-	21.197
<b>Total de ativos</b>	<b>802.618</b>	<b>34.956</b>	<b>837.574</b>
Contas a pagar	3.989	8.884	12.873
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	338.654	10.459	349.113
Depósito de terceiros	1.163	-	1.163
Débitos das operações de resseguros	189.661	9.735	199.396
<b>Total de passivos</b>	<b>533.467</b>	<b>29.078</b>	<b>562.545</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

### e) Risco de liquidez--Continuação

<u>Ativos e passivos</u>	31 de dezembro de 2018		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e bancos	23.140	-	23.140
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	266.793	6.358	273.151
Ativos financeiros disponíveis para venda	147.402	-	147.402
Crédito das operações de resseguros	368.046	17.704	385.750
Títulos e créditos a receber	18.833	-	18.833
<b>Total de ativos</b>	<b>824.214</b>	<b>24.062</b>	<b>848.276</b>
Contas a pagar	2.721	7.800	10.521
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	358.106	10.729	368.835
Depósito de terceiros	1.516	-	1.516
Débitos das operações de resseguros	181.790	9.521	191.311
<b>Total de passivos</b>	<b>544.133</b>	<b>28.050</b>	<b>572.183</b>

### f) Testes de sensibilidade

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk - VAR* paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,20% do patrimônio da carteira ou 0,28% com nível de confiança de 99%.

A Companhia também considera, em sua análise, o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, conforme descrito abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação – IPCA, inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+100 bps <sup>(*)</sup>	(9.990)	Inflação	-100 bps <sup>(*)</sup>	9.990
Câmbio	+5%	4.200	Câmbio	-5%	(4.200)
<b>Total</b>		<b>(5.790)</b>	<b>Total</b>		<b>5.790</b>

(\*) Bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(\*\*) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

### f) Testes de sensibilidade--Continuação

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018. Para a realização do teste de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% da sinistralidade incorrida por grupo de ramo. Para fins de teste de sensibilidade, todas as sinistralidades agravadas por grupo de ramo utilizadas foram limitadas inferiormente a 10%.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada grupo de ramo de atuação da Companhia:

<u>Grupo</u>	30 de junho de 2019		
	<u>Sinistralidade agravada</u>	<u>Varição de sinistro de resseguro</u>	<u>Varição de sinistro, líquido de retrocessão</u>
Patrimonial	94,17%	4.393	1.348
Riscos especiais	10,00%	6.135	16.805
Responsabilidades	123,27%	735	229
Automóvel	74,12%	4.784	4.784
Transportes	201,32%	4.112	613
Riscos financeiros	473,72%	7.465	1.256
Pessoas coletivo	105,95%	3.290	1.895
Habitacional	30,84%	8	5
Rural	232,86%	2.410	1.876
Outros	28,23%	157	123
Pessoas individual	10,00%	24	10
Marítimos	30,67%	76	31
Aeronáuticos	126,18%	1.281	460
Petróleo	10,00%	993	333
Saúde	81,41%	33	33
Aceitações do exterior	103,45%	3.180	2.880
<b>Total</b>		<b>39.076</b>	<b>32.681</b>

<u>Grupo</u>	31 de dezembro de 2018		
	<u>Sinistralidade agravada</u>	<u>Varição de sinistro de resseguro</u>	<u>Varição de sinistro, líquido de retrocessão</u>
Patrimonial	97,18%	7.133	2.638
Riscos especiais	64,50%	184	61
Responsabilidades	132,42%	1.011	446
Automóvel	49,47%	3.723	3.721
Transportes	142,61%	3.225	485
Riscos financeiros	141,99%	4.591	1.092
Pessoas coletivo	67,96%	2.876	1.282
Habitacional	12,72%	1	1
Rural	102,70%	2.255	2.047
Outros	195,22%	2.635	1.958
Pessoas Individual	10,00%	376	247
Marítimos	92,56%	339	81
Aeronáuticos	10,00%	1.291	445
Petróleo	47,16%	166	59
Saúde	84,53%	30	25
Aceitações do exterior	133,60%	5.056	4.592
<b>Total</b>		<b>34.892</b>	<b>19.180</b>

O impacto sobre o patrimônio líquido da Companhia após impostos e contribuições em 30 de junho de 2019 seria uma redução no montante de R\$18.733 (R\$9.144 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 6. Ativos financeiros

### a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30 de junho de 2019									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>									
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	36.958	111.963	44.709	193.630	193.629	46%	46%
Certificado de depósito no exterior	2,66	-	11.209	-	-	11.209	11.209	3%	3%
Quotas de fundos de investimentos	-	53.200	-	-	-	53.200	53.200	13%	13%
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	14.831	87.548	102.379	96.238	23%	23%
Certificado de depósito no exterior	2,34	-	4.046	-	-	4.046	4.046	1%	1%
Títulos públicos no exterior	4,58	-	-	32.049	16.470	48.519	47.225	11%	11%
Títulos privados no exterior	5,21	-	-	11.359	-	11.359	11.237	3%	3%
<b>Total</b>		<b>53.200</b>	<b>52.213</b>	<b>170.202</b>	<b>148.727</b>	<b>424.342</b>	<b>416.784</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

31 de dezembro de 2018									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>									
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	41.636	161.544	454	203.634	203.631	49%	49%
Certificado de depósito no exterior	2,62	-	10.505	-	-	10.505	10.505	3%	3%
Quotas de fundos de investimentos	-	59.012	-	-	-	59.012	59.012	14%	14%
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	14.018	75.750	89.768	85.244	21%	20%
Certificado de depósito no exterior	2,40	-	38.782	-	-	38.782	38.786	9%	9%
Títulos públicos no exterior	4,88	-	-	18.852	-	18.852	18.750	4%	4%
<b>Total</b>		<b>59.012</b>	<b>90.923</b>	<b>194.414</b>	<b>76.204</b>	<b>420.553</b>	<b>415.928</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

### b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 6. Ativos financeiros--Continuação

### b) Hierarquia de valor justo--Continuação

	30 de junho de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
<b>I. <u>Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u></b>						
<b>Fundos de investimento:</b>						
Quotas de fundos de investimentos	14.635	38.565	53.200	-	59.012	59.012
<b>Títulos de renda fixa – privados:</b>						
Certificado de depósito no exterior	-	11.209	11.209	-	10.505	10.505
<b>Títulos de renda fixa – públicos:</b>						
Letras financeiras do tesouro - LFT	193.630	-	193.630	203.634	-	203.634
<b>II. <u>Títulos disponíveis para venda:</u></b>						
<b>Títulos de renda fixa – privados:</b>						
Certificado de depósito no exterior	-	4.046	4.046	-	38.782	38.782
Corporate bonds	11.360	-	11.360	-	-	-
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	102.379	-	102.379	89.768	-	89.768
Global bonds	48.518	-	48.518	-	18.852	18.852
<b>Total</b>	<b>370.522</b>	<b>53.820</b>	<b>424.342</b>	<b>293.402</b>	<b>127.151</b>	<b>420.553</b>

### c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro 2017</b>	<b>259.455</b>	<b>83.013</b>	<b>342.468</b>
(+) Aplicações	167.976	72.510	240.486
(-) Resgates	(169.911)	(20.749)	(190.660)
(+) Rendimentos	15.637	8.816	24.453
(+/-) Ajuste ao valor justo	(6)	3.812	3.806
<b>Saldo final em 31 de dezembro 2018</b>	<b>273.151</b>	<b>147.402</b>	<b>420.553</b>
(+) Aplicações	87.743	4.519	92.262
(-) Resgates	(113.844)	(2.430)	(116.274)
(+) Rendimentos	10.990	13.879	24.869
(+/-) Ajuste ao valor justo	(1)	2.933	2.932
<b>Saldo final em 30 de junho de 2019</b>	<b>258.039</b>	<b>166.303</b>	<b>424.342</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão de prêmios não ganhos	182.497	199.916
Provisão de sinistros a liquidar	445.096	346.520
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	164.548	149.150
Provisão de excedentes técnicos	6.464	5.274
Provisão de despesa relacionada	-	60
	<hr/>	<hr/>
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>798.605</b>	<b>700.920</b>
Direitos creditórios	(129.744)	(132.293)
Custos de aquisição diferidos redutores	(1.703)	(1.213)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(50.508)	(38.125)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(296.724)	(196.520)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(16.349)	(23.411)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(2.158)	(1.688)
	<hr/>	<hr/>
<b>Total das exclusões</b>	<b>(497.186)</b>	<b>(393.250)</b>
<b>Total das provisões técnicas para cobertura</b>	<b>301.419</b>	<b>307.670</b>
<b>Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:</b>		
Letras financeiras do tesouro - LFT	178.364	189.821
Notas do tesouro nacional - NTN-B	102.379	89.768
Quotas de fundos de investimento	20.279	48.348
Título público no exterior	48.517	18.851
Título privado no exterior	11.361	-
	<hr/>	<hr/>
<b>Total de ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas</b>	<b>360.900</b>	<b>346.788</b>
<b>Suficiência</b>	<b>59.481</b>	<b>39.118</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 8. Crédito das operações com resseguros

### a) *Aging* prêmios a receber

	30/06/2019	31/12/2018
Prêmios a receber – circulante	326.760	332.027
Prêmios a receber - não circulante	25.991	17.704
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>352.751</b>	<b>349.731</b>
<b>Aging de prêmios a receber</b>		
<b>Prêmios a vencer</b>		
De 1 a 30 dias	15.742	43.797
De 31 a 60 dias	27.167	25.038
De 61 a 120 dias	20.003	9.263
De 121 a 180 dias	203.562	44.537
De 181 a 360 dias	37.192	191.488
Superior a 360 dias	25.991	17.704
<b>Total de prêmios a vencer</b>	<b>329.657</b>	<b>331.827</b>
<b>Prêmios vencidos</b>		
De 1 a 30 dias	7.468	6.276
De 31 a 60 dias	1.185	1.882
De 61 a 120 dias	3.329	1.860
De 121 a 180 dias	797	934
De 181 a 360 dias	4.585	912
Superior a 360 dias	6.954	6.745
<b>Total de prêmios vencidos</b>	<b>24.318</b>	<b>18.609</b>
<b>Provisão para perda de valor recuperável</b>	<b>(1.224)</b>	<b>(705)</b>
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>352.751</b>	<b>349.731</b>
Recuperação de corretagem	661	18
Recuperação de sinistro efetivamente pago	25.277	28.708
Participações nos lucros a receber	667	5.235
Outros créditos a receber	2.941	2.058
<b>Outros créditos das operações</b>	<b>29.546</b>	<b>36.019</b>
Total circulante	356.306	368.046
Total não circulante	25.991	17.704
<b>Total de crédito das operações</b>	<b>382.297</b>	<b>385.750</b>
<b>Movimentação dos prêmios a receber:</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>349.731</b>	<b>286.024</b>
(+) Prêmios emitidos (a)	257.744	400.579
(-) Recebimentos	(254.204)	(336.167)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	(520)	(705)
<b>Saldo final</b>	<b>352.751</b>	<b>349.731</b>

(a) Saldo inclui variação cambial e cancelamentos.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 9. Ativos de retrocessão

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos de retrocessão cedida de IBNR	50.508	38.125
Ativos de retrocessão cedida de PSL	296.724	196.520
Ativos de retrocessão cedida de PPNG	100.102	95.752
Ativos de retrocessão cedida de PET	2.158	1.688
<b>Total geral</b>	<b>449.492</b>	<b>332.085</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>431.487</b>	<b>298.744</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>18.005</b>	<b>33.341</b>

## 10. Títulos e créditos a receber

a) *Aging* ressarcimentos a receber por grupo de ramo

<u>Aging de permanência</u>	<u>30/06/2019</u>
<b>Patrimonial</b>	
De 1 a 30 dias	5
<b>Riscos financeiros</b>	
De 181 a 360 dias	216
Superior a 360 dias	3.777
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>3.998</b>
<u>Expectativa de realização</u>	<u>30/06/2019</u>
<b>Patrimonial</b>	
De 331 a 360 dias	5
<b>Riscos financeiros</b>	
De 331 a 360 dias	3.993
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>3.998</b>

b) Créditos Tributários

Em 30 de junho de 2019, o valor de R\$15.041 (R\$18.145 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a: (i) R\$9.366 (R\$10.591 em 31 de dezembro de 2018) correspondentes aos créditos tributários do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, calculados sobre o saldo da Provisão de sinistro a liquidar - PSL e da Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR; (ii) R\$5.380 (R\$7.248 em 31 de dezembro de 2018) correspondentes aos créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$295 (R\$306 em 31 de dezembro de 2018) correspondentes aos créditos tributários de PIS e COFINS, pago a maior.

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo, principalmente os créditos calculados sobre o saldo da Provisão de sinistros a liquidar – PSL e da Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 11. Outros valores e bens

Salvados a recuperar com seguradoras por grupo de ramo.

<b>Aging de permanência Patrimonial</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
De 61 a 120 dias	49	-
<b>Total de prêmios a vencer</b>	<b>49</b>	<b>-</b>
<b>Expectativa de realização Patrimonial</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
De 331 a 360 dias	49	-
<b>Total de prêmios a vencer</b>	<b>49</b>	<b>-</b>

## 12. Custos de aquisição diferidos

<b>Grupo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Constituição</b>	<b>Diferimento / cancelamento</b>	<b>30/06/2019</b>
Patrimonial	2.285	837	(521)	2.601
Riscos especiais	53	43	(68)	28
Responsabilidades	114	99	(36)	177
Automóvel	17	47	(10)	54
Transportes	577	202	(219)	560
Riscos financeiros	219	-	(162)	57
Pessoas coletivo	168	43	(52)	159
Rural	181	172	(147)	206
Outros	50	-	(41)	9
Marítimos	261	208	(82)	387
Aeronáuticos	759	975	(519)	1.215
Petróleo	247	216	(154)	309
Saúde	31	12	(19)	24
Aceitações do exterior	304	1.142	-	1.446
Pessoas individual	4	-	(4)	-
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>5.270</b>	<b>3.996</b>	<b>(2.034)</b>	<b>7.232</b>

<b>Grupo</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Constituição</b>	<b>Diferimento / cancelamento</b>	<b>31/12/2018</b>
Patrimonial	3.014	426	(1.155)	2.285
Riscos especiais	353	-	(300)	53
Responsabilidades	107	98	(91)	114
Automóvel	74	2	(59)	17
Transportes	148	619	(190)	577
Riscos financeiros	110	339	(230)	219
Pessoas coletivo	169	82	(83)	168
Rural	202	309	(330)	181
Outros	278	5	(233)	50
Marítimos	199	245	(183)	261
Aeronáuticos	1.173	465	(879)	759
Petróleo	-	481	(234)	247
Saúde	-	54	(23)	31
Aceitações do exterior	-	526	(222)	304
Pessoas individual	-	4	-	4
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>5.827</b>	<b>3.655</b>	<b>(4.212)</b>	<b>5.270</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 12. Custos de aquisição diferidos--Continuação

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da aceitação dos contratos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, e são apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação de passivo.

## 13. Imobilizado

	Taxa Anual de depreciação	31/12/2018	Aquisições	Depreciação	30/06/2019
Equipamentos de informática	20%	94	189	(22)	261
Sistemas de telecomunicações	10%	25	35	(6)	54
Móveis, máquinas e utensílios	10%	47	-	(2)	45
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	9	10	(10)	9
Instalações		179	-	(12)	167
<b>Total</b>		<b>354</b>	<b>234</b>	<b>(52)</b>	<b>536</b>

	Taxa Anual de depreciação	31/12/2017	Aquisições	Depreciação	31/12/2018
Equipamentos de informática	20%	124	5	(35)	94
Sistemas de telecomunicações	10%	37	-	(12)	25
Móveis, máquinas e utensílios	10%	66	-	(19)	47
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	12	-	(3)	9
Instalações	10%	204	-	(25)	179
<b>Total</b>		<b>443</b>	<b>5</b>	<b>(94)</b>	<b>354</b>

## 14. Intangível

	Taxa Anual de amortização	31/12/2018	Aquisições	Amortização	30/06/2019
Direito de uso software terceiros	20%	252	232	(61)	423
Outros intangíveis	20%	1.449	-	(773)	676
<b>Total</b>		<b>1.701</b>	<b>232</b>	<b>(834)</b>	<b>1.099</b>

	Taxa Anual de amortização	31/12/2017	Aquisições	Amortização	31/12/2018
Direito de uso software terceiros	20%	295	105	(148)	252
Outros intangíveis	20%	2.800	-	(1.351)	1.449
<b>Total</b>		<b>3.095</b>	<b>105</b>	<b>(1.499)</b>	<b>1.701</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 15. Operações com resseguradoras

	30/06/2019	31/12/2018
Prêmios de retrocessão cedida	222.052	214.179
Comissão	(50.973)	(47.007)
Sinistros	4.383	4.338
Outros	(185)	16
<b>Total circulante</b>	<b>175.277</b>	<b>171.526</b>
Prêmios de retrocessão cedida	15.981	16.167
Comissão	(6.514)	(6.655)
<b>Total não circulante</b>	<b>9.467</b>	<b>9.512</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>184.744</b>	<b>181.038</b>

## 16. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguro e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	30/06/2019	31/12/2018
<b>Aging de depósitos de terceiros:</b>		
De 1 a 30 dias	264	778
De 31 a 60 dias	8	296
De 61 a 120 dias	16	82
De 121 a 180 dias	10	7
De 181 a 360 dias	824	282
Superior a 360 dias	41	71
<b>Total</b>	<b>1.163</b>	<b>1.516</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 17. Passivos de contratos de resseguros

	Provisão de resseguros		Parcela de retrocessão		Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Patrimonial	44.875	44.391	(25.396)	(25.660)	19.479	18.731
Riscos especiais	130	413	(39)	(270)	91	143
Responsabilidades	9.513	5.965	(6.389)	(3.696)	3.124	2.269
Automóvel	1.081	24.909	-	(4)	1.081	24.905
Transportes	19.689	18.625	(15.606)	(14.644)	4.083	3.981
Riscos financeiros	35.102	34.262	(30.226)	(28.027)	4.876	6.235
Pessoas coletivo	8.497	10.834	(5.315)	(5.644)	3.182	5.190
Habitacional	116	-	(52)	-	64	-
Rural	5.334	7.866	(556)	(1.555)	4.778	6.311
Outros	2.018	5.792	(229)	(1.281)	1.789	4.511
Pessoas individual	9	174	(3)	(83)	6	91
Marítimos	3.059	2.789	(1.268)	(1.383)	1.791	1.406
Aeronáuticos	12.381	8.071	(8.275)	(5.893)	4.106	2.178
Petróleo	2.236	4.320	(1.439)	(2.777)	797	1.543
Saúde	395	583	-	-	395	583
Aceitações do exterior	38.062	30.922	(5.309)	(4.835)	32.753	26.087
<b>Provisão de prêmios não ganhos</b>	<b>182.497</b>	<b>199.916</b>	<b>(100.102)</b>	<b>(95.752)</b>	<b>82.395</b>	<b>104.164</b>
Patrimonial	107.878	101.076	(78.118)	(75.754)	29.760	25.322
Riscos especiais	1.714	8.644	(410)	(3.810)	1.304	4.834
Responsabilidades	9.036	7.985	(3.471)	(2.542)	5.565	5.443
Automóvel	7.008	7.081	(93)	(93)	6.915	6.988
Transportes	67.269	47.270	(48.368)	(28.819)	18.901	18.451
Riscos financeiros	126.699	53.582	(109.636)	(35.670)	17.063	17.912
Pessoas coletivo	34.122	30.300	(13.209)	(12.023)	20.913	18.277
Habitacional	7	-	(3)	-	4	-
Rural	13.070	11.429	(2.030)	(1.153)	11.040	10.276
Outros	19.291	35.050	(1.230)	(2.385)	18.061	32.665
Marítimos	27.939	30.454	(26.749)	(29.533)	1.190	921
Aeronáuticos	14.061	5.871	(11.484)	(4.583)	2.577	1.288
Petróleo	34	330	(14)	(145)	20	185
Aceitações do exterior	16.968	7.448	(1.909)	(10)	15.059	7.438
<b>Provisão de sinistros a liquidar</b>	<b>445.096</b>	<b>346.520</b>	<b>(296.724)</b>	<b>(196.520)</b>	<b>148.372</b>	<b>150.000</b>
Patrimonial	14.311	15.166	(8.170)	(8.114)	6.141	7.052
Riscos especiais	232	280	(171)	(231)	61	49
Responsabilidades	11.575	7.664	(8.827)	(4.899)	2.748	2.765
Automóvel	23.498	14.523	(8)	(10)	23.490	14.513
Transportes	13.032	11.465	(6.033)	(4.599)	6.999	6.866
Riscos financeiros	6.000	5.070	(5.280)	(3.984)	720	1.086
Pessoas coletivo	31.726	18.617	(15.422)	(10.083)	16.304	8.534
Habitacional	66	10	(29)	(4)	37	6
Rural	6.002	7.513	(789)	(1.045)	5.213	6.468
Outros	11.519	22.483	(394)	(848)	11.125	21.635
Pessoas individual	23	45	(10)	(22)	13	23
Marítimos	742	619	(353)	(370)	389	249
Aeronáuticos	3.329	2.293	(2.853)	(2.072)	476	221
Petróleo	861	1.340	(620)	(847)	241	493
Saúde	624	290	(14)	(42)	610	248
Aceitações do exterior	41.008	41.772	(1.535)	(955)	39.473	40.817
<b>Provisão de sinistros ocorridos e não avisados</b>	<b>164.548</b>	<b>149.150</b>	<b>(50.508)</b>	<b>(38.125)</b>	<b>114.040</b>	<b>111.025</b>
Patrimonial	212	160	(97)	(74)	115	86
Responsabilidades	54	43	-	(1)	54	42
Automóvel	50	893	-	-	50	893
Transportes	70	103	(28)	(41)	42	62
Riscos financeiros	5.114	3.435	(1.909)	(1.463)	3.205	1.972
Pessoas coletivo	209	113	(64)	(45)	145	68
Rural	65	46	-	-	65	46
Outros	172	285	(32)	(38)	140	247
Marítimos	2	4	(1)	(2)	1	2
Aeronáuticos	5	7	(2)	(4)	3	3
Saúde	9	9	(8)	(8)	1	1
Aceitações do exterior	502	176	(17)	(12)	485	164
<b>Provisão de excedente técnico</b>	<b>6.464</b>	<b>5.274</b>	<b>(2.158)</b>	<b>(1.688)</b>	<b>4.306</b>	<b>3.586</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 17. Passivos de contratos de resseguros--Continuação

	Provisão de resseguros		Parcela de retrocessão		Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Patrimonial	-	60	-	-	-	60
<b>Provisão de despesas relacionadas</b>	<b>-</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60</b>
Total circulante	770.141	656.850	(431.487)	(298.744)	338.654	358.106
Total não circulante	28.464	44.070	(18.005)	(33.341)	10.459	10.729
<b>Total geral</b>	<b>798.605</b>	<b>700.920</b>	<b>(449.492)</b>	<b>(332.085)</b>	<b>349.113</b>	<b>368.835</b>

Movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela abaixo:

	30 de junho de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Resseguro	Retrocessão	Retido	Resseguro	Retrocessão	Retido
<b>Provisões de sinistro e prêmios</b>						
Provisão de sinistros a liquidar	445.096	(296.724)	148.372	346.520	(196.520)	150.000
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	164.548	(50.508)	114.040	149.150	(38.125)	111.025
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	60	-	60
<b>Provisão total de sinistros</b>	<b>609.644</b>	<b>(347.232)</b>	<b>262.412</b>	<b>495.730</b>	<b>(234.645)</b>	<b>261.085</b>
Provisão de prêmios não ganhos	182.497	(100.102)	82.395	199.916	(95.752)	104.164
Provisão de excedente técnico	6.464	(2.158)	4.306	5.274	(1.688)	3.586
<b>Provisão total de prêmios</b>	<b>188.961</b>	<b>(102.260)</b>	<b>86.701</b>	<b>205.190</b>	<b>(97.440)</b>	<b>107.750</b>
<b>Total</b>	<b>798.605</b>	<b>(449.492)</b>	<b>349.113</b>	<b>700.920</b>	<b>(332.085)</b>	<b>368.835</b>
<b>Desenvolvimento das provisões de sinistros</b>						
Em 1º de janeiro	495.730	(234.645)	261.085	333.064	(154.637)	178.427
Sinistros ocorridos no período	312.581	(174.755)	137.826	334.363	(139.605)	194.758
Sinistros pagos no período	(195.684)	56.051	(139.633)	(180.746)	64.418	(116.328)
Variação cambial	(2.986)	6.177	3.191	9.038	(4.821)	4.217
Atualização monetária	3	-	3	11	-	11
<b>No final do período</b>	<b>609.644</b>	<b>(347.172)</b>	<b>262.412</b>	<b>495.730</b>	<b>(234.645)</b>	<b>261.085</b>
<b>Desenvolvimento das provisões de prêmios</b>						
Em 1º de janeiro	205.190	(97.440)	107.750	195.318	(93.487)	101.831
Prêmios emitidos no período	257.921	(111.163)	146.758	391.840	(158.397)	233.443
Prêmio ganho no período	(273.187)	106.068	(167.119)	(381.703)	154.277	(227.426)
Variação cambial	(963)	275	(688)	(265)	167	(98)
<b>No final do período</b>	<b>188.961</b>	<b>(102.260)</b>	<b>86.701</b>	<b>205.190</b>	<b>(97.440)</b>	<b>107.750</b>
<b>Desenvolvimento da provisão de PSL</b>						
Em 1º de janeiro	346.520	(196.520)	150.000	226.984	(125.785)	101.199
Movimento	98.576	(100.204)	(1.628)	119.536	(70.735)	48.801
<b>No final do período</b>	<b>445.096</b>	<b>(296.724)</b>	<b>148.372</b>	<b>346.520</b>	<b>(196.520)</b>	<b>150.000</b>
<b>Desenvolvimento da provisão de IBNR</b>						
Em 1º de janeiro	149.150	(38.125)	111.025	106.080	(28.852)	77.228
Movimento	15.398	(12.383)	3.015	43.070	(9.273)	33.797
<b>No final do período</b>	<b>164.548</b>	<b>(50.508)</b>	<b>114.040</b>	<b>149.150</b>	<b>(38.125)</b>	<b>111.025</b>
<b>Desenvolvimento da provisão de PDR</b>						
Em 1º de janeiro	60	-	60	-	-	-
Movimento	(60)	-	(60)	60	-	60
<b>No final do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>60</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 18. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, na data base de 30 de junho de 2019.

### Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro

Ano de Subscrição	Período de Aviso									Total
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	
2011	730	73.397	23.796	1.470	(37)	801	(1.291)	2.675	131	101.672
2012	8.488	104.953	36.587	11.675	2.185	6.454	(1.825)	514	-	169.031
2013	6.767	76.502	24.092	10.087	10.603	20.064	95.826	-	-	243.941
2014	76.281	173.978	26.078	1.326	12.434	(1.950)	-	-	-	288.147
2015	97.375	87.503	106.775	43.890	881	-	-	-	-	336.424
2016	165.891	125.710	27.776	(2.047)	-	-	-	-	-	317.330
2017	198.410	163.214	98.370	-	-	-	-	-	-	459.994
2018	36.116	117.921	-	-	-	-	-	-	-	154.037
2019	6.329	-	-	-	-	-	-	-	-	6.329
<b>Total</b>	<b>596.387</b>	<b>923.178</b>	<b>343.474</b>	<b>66.401</b>	<b>26.066</b>	<b>25.369</b>	<b>92.710</b>	<b>3.189</b>	<b>131</b>	<b>2.076.905</b>

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Juros judicial	-	-	-	-	694	775	(1.456)	11	3	27

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Pagamentos	287	60.505	80.259	185.001	262.324	261.910	367.613	181.613	194.875	<b>1.594.387</b>
PSL	596.100	862.673	263.215	(118.600)	(235.564)	(235.766)	(276.359)	(178.413)	(194.741)	<b>482.545</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 18. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

### Desenvolvimentos dos sinistros avisados a recuperar de retrocessão

Ano de Subscrição	Período de Aviso								Total	
	0	1	2	3	4	5	6	7		8
2011	91	56.179	12.499	802	(370)	(235)	(159)	2.686	-	71.493
2012	751	51.400	7.008	70	(302)	4.412	1.322	256	-	64.917
2013	11.918	43.328	8.274	3.039	4.479	6.731	95.597	-	-	173.366
2014	68.262	118.124	8.265	2.109	12.431	(668)	-	-	-	208.523
2015	17.945	37.373	78.160	29.774	572	-	-	-	-	163.824
2016	12.341	44.571	16.890	(3.836)	-	-	-	-	-	69.966
2017	19.704	54.954	42.361	-	-	-	-	-	-	117.019
2018	30.739	43.608	-	-	-	-	-	-	-	74.347
2019	3.517	-	-	-	-	-	-	-	-	3.517
<b>Total</b>	<b>165.268</b>	<b>449.537</b>	<b>173.457</b>	<b>31.958</b>	<b>16.810</b>	<b>10.240</b>	<b>96.760</b>	<b>2.942</b>	<b>-</b>	<b>946.972</b>

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Juros judicial	-	-	-	-	206	232	(438)	-	-	-

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Pagamentos	1	49.943	46.591	127.777	116.552	38.067	96.418	74.733	65.081	615.163
PSL	165.267	399.594	126.866	(95.819)	(99.536)	(27.595)	(96)	(71.790)	(65.081)	331.810

### Desenvolvimentos dos sinistros avisados retidos

Ano de Subscrição	Período de Aviso								Total	
	0	1	2	3	4	5	6	7		8
2011	639	17.218	11.297	668	333	1.036	(1.132)	(11)	131	30.179
2012	7.738	53.553	29.579	11.604	2.487	2.042	(3.147)	259	-	104.115
2013	(5.151)	33.175	15.818	7.048	6.124	13.333	230	-	-	70.577
2014	8.019	55.854	17.813	(782)	3	(1.282)	-	-	-	79.625
2015	79.430	50.130	28.614	14.116	309	-	-	-	-	172.599
2016	153.550	81.139	10.886	1.789	-	-	-	-	-	247.364
2017	178.706	108.260	56.008	-	-	-	-	-	-	342.974
2018	5.377	74.313	-	-	-	-	-	-	-	79.690
2019	2.812	-	-	-	-	-	-	-	-	2.812
<b>Total</b>	<b>431.120</b>	<b>473.642</b>	<b>170.015</b>	<b>34.443</b>	<b>9.256</b>	<b>15.129</b>	<b>(4.049)</b>	<b>248</b>	<b>131</b>	<b>1.129.935</b>

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Juros judicial	-	-	-	-	488	544	(1.018)	11	3	28

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Pagamentos	286	10.561	33.667	57.224	145.773	223.844	271.196	106.880	129.794	979.225
PSL	430.834	463.081	136.348	(22.781)	(136.029)	(208.171)	(276.263)	(106.621)	(129.660)	150.738

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 19. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

Em 30 de junho 2019, o capital social subscrito e integralizado é representado por 222.441.240 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$14.289, com emissão de 11.340.831 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,26.

Assim, o capital social de R\$220.179 aumentou para R\$234.468, e o número de ações de 211.100.409 para 222.441.240 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 766, de 26 de janeiro de 2018.

### b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

### c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, com a aprovação unânime dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi deliberado o pagamento de dividendos valor total de R\$1.050.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 19. Patrimônio Líquido--Continuação

### d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	30/06/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido	284.943	283.418
Despesas antecipadas	(998)	-
Ativo intangível	(1.099)	(1.701)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	338	725
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	2.560	-
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA</b>	<b>285.744</b>	<b>282.442</b>
<b>Capital base - CB (a)</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>
Capital adicional de risco de subscrição - CRSub	48.835	34.796
Capital adicional de risco de crédito - CRCr	24.863	23.642
Capital adicional de risco de mercado - CRMerc	14.389	11.249
Capital adicional de risco operacional - CROp	3.716	2.874
Benefício da diversificação	(17.698)	(14.483)
<b>Capital de risco - CR (b)</b>	<b>74.105</b>	<b>58.078</b>
<b>Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)</b>	<b>74.105</b>	<b>60.000</b>
Patrimônio líquido ajustado	285.744	282.442
(-) Exigência de capital - EC	74.105	60.000
<b>Suficiência de capital</b>	<b>211.639</b>	<b>222.442</b>
Suficiência de capital - % da EC	285,59%	370,74%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital base e o capital de risco.

## 20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2019 e 2018, estão reconciliados, como se segue:

	30/06/2019		30/06/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.823	5.823	21.456	21.456
Participações estatutárias no lucro	(1.406)	(1.406)	(1.147)	(1.147)
Base de cálculo	<b>4.417</b>	<b>4.417</b>	<b>20.309</b>	<b>20.309</b>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(1.104)	(663)	(5.065)	(4.062)
Outras (adições) / exclusões permanentes	(2.801)	(7)	(1.592)	(8)
Varição cambial	(186)	(111)	2.253	1.802
Ajuste a valor de mercado	258	155	744	595
Outras provisões	(183)	(122)	62	50
(Adições) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	<b>(111)</b>	<b>(78)</b>	<b>3.059</b>	<b>2.477</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

Deduções fiscais	24	-	10	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Despesa) / receita de tributos diferidos	(3.992)	(748)	(405)	(1.623)
Total despesa	<b>(3.942)</b>	<b>(709)</b>	<b>(3.463)</b>	<b>(3.962)</b>
Alíquota efetiva	89,25%	16,05%	17,05%	19,51%

## 20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de janeiro de 2019.

## 21. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de contrato de resseguros cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e receitas e despesas operacionais.

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

<b>Partes relacionadas</b>	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Receitas / (Despesas)</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
Vinci Gestora de Recursos Ltda. [a]	-	-	34	604	(228)	(265)
Austral Participações II S.A. [b]	-	-	-	27	-	(1.050)
Braquiara Empreendimentos [c]	-	-	40	40	(238)	(228)
Austral Seguradora S.A. [d]	33.003	29.129	147.125	91.360	(52.459)	35.872
Administradores [e]	-	-	-	-	(335)	(329)
<b>Total</b>	<b>33.003</b>	<b>29.129</b>	<b>147.199</b>	<b>92.031</b>	<b>(53.260)</b>	<b>34.000</b>

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

[a] São operações que envolvem pagamento de taxa de administração de carteira e investimento

[b] São operações que envolvem pagamento de juros sobre capital próprio

[c] São operações que envolvem pagamento de aluguel de imóvel

[d] São operações que envolvem contratos de resseguro

[e] São operações que envolvem remuneração dos diretores estatutários

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 22. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramo em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2019 e 2018 são:

Grupos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de Sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Patrimonial	51.310	37.252	85,61	10,21	4,5	6,67
Riscos especiais	368	2.270	(1657,07)	124,41	14,67	4,32
Responsabilidades	6.551	3.985	112,06	133,07	1,31	2,76
Automóvel	71.006	35.651	67,38	41,75	0,11	0,18
Transportes	22.468	10.986	183,02	154,74	1,08	2,59
Riscos financeiros	17.333	21.180	430,65	213,8	(0,17)	0,34
Pessoas coletivo	34.164	17.268	96,32	(24,87)	2,18	1,15
Habitacional	255	-	27,84	-	-	-
Rural	11.382	9.516	211,69	10,68	2,9	5,60
Outros	6.135	7.070	25,67	160,38	1,39	3,48
Pessoas individual	24	-	(91,67)	-	0,00	-
Marítimos	2.736	2.105	27,89	146,18	8,33	3,14
Aeronáuticos	11.166	7.587	114,71	(21,04)	9,61	10,25
Petróleo	4.022	952	(14,69)	4,41	7,43	10,61
Saúde	451	116	74,06	-	5,1	6,03
Aceitações do exterior	33.816	12.622	94,04	126,11	3	2,43
<b>Total prêmio ganho</b>	<b>273.187</b>	<b>168.560</b>				

Grupos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida (%) (a)	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Patrimonial	15.745	16.779	117,24	42,28
Riscos especiais	1.008	609	(272,71)	54,50
Responsabilidades	2.040	2.167	25,37	207,79
Automóvel	71.001	35.629	67,39	40,35
Transportes	3.352	1.635	56,44	174,82
Riscos financeiros	2.916	4.921	(37,18)	289,01
Pessoas coletivo	19.673	7.157	99,09	(114,84)
Habitacional	150	-	26,40	-
Rural	8.860	9.707	233,99	9,82
Outros	4.815	4.782	28,93	200,46
Pessoas individual	10	-	(98,18)	-
Marítimos	1.117	479	11,97	96,90
Aeronáuticos	4.012	2.666	47,81	39,52
Petróleo	1.348	476	(23,55)	6,62
Saúde	451	89	80,1	-
Aceitações do exterior	30.621	11.683	95,39	133,13
<b>Total prêmio ganho retido</b>	<b>167.119</b>	<b>98.779</b>		

(a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)) / Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / Prêmio Ganho.

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 22. Grupos de ramos de atuação--Continuação

	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Patrimonial	51.885	36.233	(35.345)	(20.219)	16.540	16.014	31,88	44,20	68,12	55,80
Riscos especiais	128	(556)	841	342	969	(214)	757,03	38,49	(657,03)	61,51
Responsabilidades	10125	5.727	(7.215)	(2.930)	2.910	2.797	28,74	48,84	71,26	51,16
Automóvel	46.335	34.947	(1)	-	46.334	34.947	100	100	-	-
Transportes	23.609	10.526	(20.157)	(8.801)	3.452	1.725	14,62	16,39	85,38	83,61
Riscos financeiros	19.862	18.481	(17.072)	(11.330)	2.790	7.151	14,05	38,69	85,95	61,31
Pessoas coletivo	31.906	14.027	(14.181)	(8.253)	17.725	5.774	55,55	41,16	44,45	58,84
Habitacional	372	-	(157)	-	215	-	57,80	-	42,20	-
Rural	8.869	10.480	(1.523)	179	7.346	10.659	82,83	101,71	17,17	(1,71)
Outros	2.467	(1.182)	(306)	(2.245)	2.161	(3.427)	87,60	289,93	12,40	(189,93)
Pessoas individual	(141)	-	65	-	(76)	-	53,90	-	46,10	-
Marítimo	3.082	(521)	(1.530)	517	1.552	(4)	50,36	0,77	49,64	99,23
Aeronáuticos	15.525	2.762	(9.571)	(1.374)	5.954	1.388	38,35	50,25	61,65	49,75
Petróleo	1.897	4.526	(1.286)	(2.276)	611	2.250	32,21	49,71	67,79	50,29
Saúde	263	379	-	(71)	263	308	100,00	81,27	-	18,73
Aceitações do exterior	41.737	32.941	(3.724)	(2.609)	38.013	30.332	91,08	92,08	8,92	7,92
<b>Total</b>	<b>257.921</b>	<b>168.770</b>	<b>(111.162)</b>	<b>(59.070)</b>	<b>146.759</b>	<b>109.700</b>	<b>56,90</b>	<b>65,00</b>	<b>43,10</b>	<b>35,00</b>

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	30/06/2019	30/06/2018
Resseguradora local	1.957	782
Resseguradora admitida	63.977	40.517
Resseguradora eventual	45.229	17.771
<b>Total</b>	<b>111.163</b>	<b>59.070</b>

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

	30/06/2019	30/06/2018
Seguradora	233.864	148.364
Resseguradora local	294	(2)
Resseguradora admitida	13.285	15.272
Resseguradora eventual	10.478	5.136
<b>Total</b>	<b>257.921</b>	<b>168.770</b>

## 23. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Companhia.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações

### **23. Incentivo baseado em ações--Continuação**

da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 23. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o quarto programa, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

### 23. Incentivo baseado em ações--Continuação

FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Totalidade de opções canceladas até 30 de junho de 2019	(268.964)
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 30 de junho de 2019	8.413.753
Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2019	8.413.753

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual. Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. As 8.413.753 opções em aberto representam uma diluição de até 3,34% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2019 no montante de R\$2.487 (R\$2.487 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 24. Detalhamento de contas de resultado

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
a) <u>Prêmios de resseguro</u>		
Prêmio de resseguros	239.278	141.468
Prêmio risco vigente não emitido	(5.414)	7.629
Retrocessões aceitas	24.057	19.673
Variações das provisões técnicas	15.266	(210)
<b>Total</b>	<b>273.187</b>	<b>168.560</b>
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações avisadas	(297.145)	(132.764)
Despesa com sinistro	(38)	(106)
Salvados	43	1
Ressarcimentos	20	1.583
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(15.398)	16.271
<b>Total</b>	<b>(312.518)</b>	<b>(115.015)</b>
c) <u>Custos de aquisição</u>		
Comissões	(8.545)	(5.422)
Variações de despesas de comercialização diferidas	2.009	71
<b>Total</b>	<b>(6.536)</b>	<b>(5.351)</b>
d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas de resseguro	212	65
Tarifa bancária	(9)	(8)
Despesas de administração de contratos	(1.291)	(878)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(21.954)	(16.579)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(495)	(1.928)
Outras despesas de resseguro	(640)	(166)
Redução ao valor recuperável	(544)	(445)
<b>Total</b>	<b>(24.721)</b>	<b>(19.939)</b>
e) <u>Resultado com retrocessão</u>		
Sinistros ocorridos e não avisados	12.383	(13.724)
Despesa com sinistro	16	24
Recuperação de indenização	162.372	65.698
Salvados	(81)	(2)
Ressarcidos	(6)	(1.533)
Outros créditos	453	(3)
Prêmio de retrocessão cedido	(111.163)	(59.070)
Receita com participação nos lucros	1.445	340
Variações de prêmio retrocessão cedido	5.095	(10.711)
<b>Total</b>	<b>70.514</b>	<b>(18.981)</b>
f) <u>Despesas administrativas</u>		
Pessoal próprio e encargos sociais	(4.456)	(3.854)
Localização e funcionamento	(1.789)	(1.613)
Serviços de terceiros	(4.633)	(2.143)
Depreciação e amortização	(886)	(471)
Publicidade e propaganda	(132)	(380)
Outros	(297)	(83)
<b>Total</b>	<b>(12.193)</b>	<b>(8.544)</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## 24. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
g) <u>Despesa com tributo</u>		
Despesas com COFINS	(5.227)	(1.714)
Despesas com PIS	(939)	(287)
Taxa de fiscalização	(519)	(519)
Outras	(149)	(194)
<b>Total</b>	<b>(6.834)</b>	<b>(2.714)</b>
h) <u>Resultado financeiro</u>		
<b>Receitas</b>		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	13.932	16.038
Títulos disponíveis para venda	19.487	4.887
Operações de resseguros	24.668	94.933
Valorização cambial do disponível	1.385	9.991
Outras receitas	193	203
<b>Despesas</b>		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(2.942)	(7.200)
Títulos disponíveis para venda	(5.608)	(53)
Operações de resseguros	(24.696)	(93.184)
Desvalorização cambial do disponível	(1.494)	(2.157)
Outras despesas	(1)	(18)
<b>Total</b>	<b>24.924</b>	<b>23.440</b>

## 25. Evento subsequente

Em 12 de junho de 2019, os investidores da Companhia e da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Terra Brasis") firmaram acordo regulando os termos da incorporação da Terra Brasis pela Companhia, conforme previsto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, operação esta que pende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## 26. Responsáveis

### Conselheiros

Alessandro Monteiro Morgado Horta  
Bruno Augusto Sacchi Zarembo  
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

### Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

### Diretoria

Ricardo Villela Abreu dos Santos  
Rodolfo Arashiro Rodriguez

### Gerente de contabilidade

Arthur Teixeira Rodrigues  
CRC RJ - nº 078781/O-0

### Atuária

Brenda Fucci Cantisano  
MIBA nº 2904

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

### **Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.**

#### **Rio de Janeiro - RJ**

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Resseguradora S.A. (Austral Re ou Companhia), funciona em conformidade com o seu estatuto social e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras da Austral Re, (ii) a eficácia do sistema de controles internos da Austral Re; e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente da Austral Re, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) reuniões com a Alta Administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Re. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria--Continuação**

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Re

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Re e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Re ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de reais)

## **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria--Continuação**

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A., correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes S.S., estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2019.

Paulo Pereira Ferreira  
Presidente

Leonardo de Assis Portugal  
Membro

Paulo Roberto Batista Machado  
Membro